

RECEITAS FEDERAIS (*) (Arrecadação Total de Tributos Federais)			
(valores em NCz\$ milhões)			
Mês	Previsão	Realização	Real./Prev.(%)
Maio	4085,0	4188,4	2,53%
Junho	4021,4	4891,5	21,64%
Julho	5261,0	5826,7	10,75%
Agosto	7271,3	7525,9	3,50%
Setembro (**)	5430,2	5832,6	7,41%

(*) Exclui Receita decorrente da transferência dos resultados do Banco Central.
(**) Dados até 22/09/89.

DÉFICIT OPERACIONAL (Acumulado Jan-Mai) Fluxos em NCz\$ milhões						
Discriminação	1988			1989 (*)		
	Valor	Porcentagem s/PIB /1		Valor	Porcentagem s/PIB /1	
		No ano	No período		No ano	No período
Governo central	240	0,26	1,61	3934	0,44	2,45
Governos est. e munic.	135	0,15	0,91	432	0,05	0,27
Empresas estat.	96	0,10	0,64	466	0,05	0,29
Agência descent.	28	0,03	0,19	375	0,04	0,23
Previd. social	35	0,04	0,24	240	0,03	0,15
Total	534	0,57	3,59	4967	0,55	3,09

(*) Preliminar
1/PIB estimado para o período Jan-Mai: PIB (NCz\$ milhões) Jan/Mai 1988 (14886); Jan/Mai 1989 (160547).

Governo quer os reajustes de preços em duas etapas

por Cláudia Safatle
de Brasília

"A nossa tarefa é evitar a desorganização da economia, evitar a desordem econômica e social que decorreria de um colapso do sistema de preços, com implicações indiscutivelmente graves no próprio processo eleitoral. Na verdade, nós temos de agora até as eleições e, depois, até a posse do novo governo, um período crucial. Do que formos capazes de fazer agora, nesse período-chave, dependerá o que poderá fazer o novo governo."

Com esse apelo à responsabilidade mútua, o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, abriu a conversa com os empresários na última segunda-feira, em Brasília. O ministro fez um diagnóstico atualizado dos principais indicadores econômicos, mostrou que do lado das contas do governo e da política monetária está sendo feito o que é possível e os resultados não são ruins. Mas procurou centrar a negociação de um acordo fundamentalmente na direção de uma nova política de preços.

A proposta que Nóbrega levou aos empresários — e que começa a ser motivo de controvérsias — é elaborar uma política de reajustes de preços em duas etapas. Para os empresários que desejarem reajustes automáticos, sem ter de enfrentar a burocracia do CIP, o ministro oferece um modelo de redutor ainda não detalhado: o empresário poderia reajustar seus preços com base num percentual inferior à inflação do IPC do mês anterior. Já aqueles que pleiteassem reajustes superiores à inflação do mês anterior, deveriam

apresentar suas planilhas de custos à câmara setorial, que examinaria a procedência da reivindicação para, somente depois de aprovada por essa câmara setorial, ser levada à homologação do CIP.

"Nós estamos dispostos a repensar o sistema de preços. Mas o governo não se afastará totalmente do controle dos preços. A idéia é trabalharmos num sistema de transição", disse o ministro aos empresários, observando que, por outro lado, não pretende uma liberalização total, deixando que as forças de mercado regulem a política de preços, pois neste momento delicado "isso poderia ser o estouro da boiada com consequências sérias para todos nós".

PRECAUÇÃO

O governo tem evitado qualificar essa sua proposta como um sistema de prefixação de preços ou aplicação de redutor de preços, pois lembraria a tentativa fracassada de negociação de um pacto social realizada a um ano atrás.

"Se formos olhar um quadro macroeconômico, os senhores vão ver que não há um agravamento dos desequilíbrios básicos da economia", disse o ministro, ao distribuir um conjunto de tabelas e gráficos sobre comportamento das receitas tributárias federais, dos agregados monetários (base e meios de pagamento), índice de produção da indústria e faturamento do comércio, além de crescimento da massa salarial.

"Apesar de todas as dificuldades de natureza política, institucional e das junções do momento atual, o Tesouro Nacional continua apresentando um desempenho muito melhor do

que qualquer dos anos recentes", sustentou Nóbrega, apontando uma queda real de mais de 30% em todas as despesas, exceto no item transferência a estados e municípios. As receitas tributárias estão crescendo acima da previsão e dados até o dia 22 de setembro indicavam um aumento de 7,41% sobre a estimativa da Receita Federal. Nóbrega reforçou também que o déficit operacional do setor público no período janeiro-maio situou-se em 3,09% do PIB, para uma projeção de algo como 6,5% do PIB ao final deste ano.

Do lado da política monetária, os dados levados pelo ministro da Fazenda à reunião com os empresários, embora sem fechar o mês de setembro, indicam que a base monetária (emissão primária de moeda) até o último dia 26 apresentava uma expansão, pela média dos saldos diários, significativamente inferior à inflação do IPC de setembro, situando-se em 22,1%, contra 28,9% se medida a expansão da base pelo saldo de final de período. Já até o dia 19 do mês passado, segundo os dados oficiais, a expansão dos meios de pagamento situava-se em 17,5% na média e em 12,4% na ponta.

MODERAÇÃO

"Apesar de uma expansão acelerada da base monetária e dos meios de pagamento, se verificarmos os últimos três meses, esses agregados estão crescendo muito abaixo da inflação. Isso indica uma queda constante da liquidez real do sistema econômico", interpretou o ministro.

Do lado das reservas cambiais, "o nível continua satisfatório", ressaltou Nóbrega, sem precisar exata-



Mailson Ferreira da Nóbrega

mente em que montante. "Todos esses indicadores mostram que o governo está fazendo o que é possível, dentro do quadro de dificuldades", sendo que o manejo de taxas de juros reais constituiria, neste momento, "o elemento crucial do processo de controle das expectativas".

Outra questão abordada pelo ministro da Fazenda referiu-se à necessidade de evitar os boatos. "Não tem congelamento de preços e não tem alteração da dívida pública. A dívida interna é intocável. O governo tem a responsabilidade de assegurar a rentabilidade adequada aos que financiam o Tesouro."

Considerou completamente impossível qualquer tentativa de reforma importante ainda neste governo, tarefa que se transferirá para a nova gestão. Para promover as reformas necessárias, além de mudar a Constituição, será preciso ter "força política para resistir às pressões, capacidade, força e coragem para contrariar interesses".